



INSTITUTO DE HUMANIDADE - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU

FERNANDA DAMIÃO ANTÓNIO

AS MULHERES NO PARLAMENTO DE ANGOLA: DESAFIOS E ATUAÇÃO

REDENÇÃO
2023

FERNANDA DAMIÃO ANTÓNIO

AS MULHERES NO PARLAMENTO DE ANGOLA: DESAFIOS E ATUAÇÃO

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB- Campus Ceará.
Orientadora: Prof.^a Dra.^a Natalia Cabanillas.

REDENÇÃO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira Sistema de Bibliotecas

Fernanda Damião António

As Mulheres no Parlamento de Angola: Desafios e Atuação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Aprovado em: 13 de Novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Natalia Cabanillas (Orientadora/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

Prof.^a Dr.^a Ineilde Calheiro dos Santos (1^a Avaliadora-externa)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

Prof.^a Dr.^a Rosalina Semedo de Andrade Tavares (2^a Avaliadora-interna)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

Dedico este trabalho aos meus pais, Damião Pereira António e Rosa Lopes Damião que são meus pilares, e a todos que me têm auxiliado para que o sonho de terminar toda minha formação académica se concretize.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus Todo Poderoso pela vida que me tem proporcionado e por ser minha fortaleza ao longo da minha trajetória começando de Angola até aqui no Brasil, nesses anos de muito aprendizado, tive momentos constrangedor, teve dias que tudo parecia estar desmoronando, mas pela graça de Deus, todos os dias Deus está presente renovando as minhas forças para seguir. Agradeço em especial a minha mãe Rosa Lopes Damião e o meu pai Damião Pereira António, por serem os pais maravilhosos que são, pelo amor, carinho, educação e lições que levarei para vida toda, e todos os dias eu agradeço por ter meus pais como os meus heróis, obrigada por existirem, mãe e pai.

Agradeço a minha família, meus irmãos, tios, meus amados sobrinhos que muito amo. Hoje eu queria ter em vida muita gente que já se foram, e um deles é o meu irmão António Pereira, alguém que sempre acreditou em mim, queria muito que ele presenciasse este momento, é o que ele tanto desejava para mim, o meu avô Lopes que perdi este ano no mês de Agosto, te amarei sempre meu avô.

Agradeço o pastor Mário Gerson, o mano João Neto, o mano Raul Sebastião (kotas diame), por tudo que fazem por mim, realmente merecem o meu agradecimento e muito mais, e melhor do que eu, só Deus sabe o que vocês fizeram e fazem por mim, ao pastor Diogo Raimundo, muito obrigada. Aos manos e manas que ganhei na JIMUA, a eterna escola, muito obrigada.

Agradeço o Batista Dala Catumba, por ser a pessoa que mais incomodei desde que cheguei no Brasil, muito obrigada engenheiro pela sua disponibilidade e por tudo, aos meus amigos, aos colegas que partilhamos experiências e afetos, foram muitos momentos de ensinamentos e aprendizados mútuo neste processo de formação superior.

Estendo também o meu agradecimento aos meus professores que durante a nossa trajetória académica estiveram prontos para nos passar todo aprendizado. Por fim e não menos importante, agradeço a minha orientadora professora e doutora Natalia Cabanillas por aceitar fazer parte da realização desse trabalho, obrigada. Para os agradecimentos a UNILAB, começo pela direção, as coordenações até o sector da limpeza, todos fizeram seus trabalhos. Muito obrigada.

A “Kifuba kakitexa ni xitu, mona a mutu
kamutexa ni mwenhu”

Provérbio Kimbundu

RESUMO

Em 1975, quando antigo presidente António Agostinho Neto proclama independência de Angola, o país não experimentou a tão esperada paz que possivelmente traria, pois no mesmo ano começaram os conflitos internos entre os partidos políticos existentes nesse período, nomeadamente MPLA, UNITA e FNLA. Nessa época, os partidos ora mencionados já contavam com presença de mulheres empenhadas a contribuir para a conquista de uma Angola melhor. Graças as mudanças feitas as forças militares do segundo maior partido político, UNITA, foram feitas alterações radicais e nesse momento Angola entra para um sistema multipartidário. Em 1992, Angola teve uma mulher na candidatura política de nome Anália Pereira, servindo de incentivo para outras mulheres. Dentro de poucos anos, passou-se a constatar presença de mulheres nos corredores de decisão política, essas mulheres passaram a enfrentar grandes desafios para se manterem nos lugares de poder, mesmo sendo um lugar que se compreende como lugar de todo cidadão angolano, sem distinção de género. Portanto, hoje com esta presença de mulheres no parlamento, podemos dizer que já é um pouco satisfatório. Hoje, na lista de países com representatividade feminina, Angola não fica de fora e conta com um percentual acima da média mundial, quanto a representatividade feminina no parlamento. O objetivo da pesquisa é descrever e analisar a participação da mulher na política de Angola, em particular os desafios da presença de mulheres no parlamento, como foi variando entre o ano de 2002 à 2022. Para isso, será realizado um estudo baseando-se em consultas de artigos, livros e revistas publicadas que tratam do assunto, junto aos dados estatísticos disponíveis, sejam produzidos pelo governo de Angola ou organismos internacionais. Está planejado como parte da metodologia, entrevista com mulheres angolanas que atuam na legislatura atual. Para isso, foi estabelecido o contato via whatsapp para realizar uma entrevista aberta com Ariane Nhani, deputada parlamentar de Angola. Embora ela tenha aceitado ser entrevistada, e inclusive ela respondeu um questionário por escrito. A pesquisa tem como resultado preliminar a compreensão de que apesar das dificuldades, dos discursos públicos que enquadram as mulheres unicamente como dona de casa, vendedora, faxineira, cuidadora do lar, do esposo e dos seus filhos, hoje tem se visto uma realidade diferente. Angola hoje está experimentando um aumento da presença de mulheres no parlamento tendo alcançado 37.7% das mulheres na Assembleia Nacional, quando o número de deputadas subiu de 59 para 83, aumentando as possibilidades de contribuir de forma direta no desenvolvimento político e social de Angola.

Palavras chaves: Angola, mulheres, género, participação política, parlamento.

ABSTRACT

In 1975, when former president António Agostinho Neto proclaimed the independence of Angola, the country did not experience the expected peace that it might have brought. In the same year, internal conflicts began among the existing political parties, namely MPLA, UNITA, and FNLA. During this time, these mentioned parties already had the presence of women committed to contributing to the achievement of a better Angola. Thanks to changes made to the military forces of the second-largest political party, UNITA, radical changes were made, and at that moment, Angola entered a multiparty system. In 1992, Angola had a woman in the political candidacy named Anália Pereira, serving as an incentive for other women. Within a few years, the presence of women in the corridors of political decision-making became evident.

These women began to face significant challenges to remain in positions of power, even though it is considered a place for every Angolan citizen, regardless of gender. Therefore, with the presence of women in parliament, we can say that it is somewhat satisfactory. Today, on the list of countries with female representation, Angola is not left out and has a percentage above the world average in terms of female representation in parliament. The research aims to describe and analyze the participation of women in Angola's politics, particularly the challenges of women's presence in parliament, as it varied between 2002 and 2022. For this, a study will be conducted based on consultations of articles, books, and published magazines on the subject, along with available statistical data, whether produced by the Angolan government or international organizations. As part of the methodology, interviews with Angolan women who are active in the current legislature are planned. For this, contact was established via WhatsApp to conduct an open interview with Ariane Nhani, a parliamentary deputy from Angola. Although she agreed to be interviewed and even responded to a written questionnaire, the preliminary results of the research indicate an understanding that, despite difficulties and public discourses framing women solely as homemakers, vendors, cleaners, caregivers, and wives, today, a different reality is seen. Angola is experiencing an increase in the presence of women in parliament, having reached 37.7% of women in the National Assembly, with the number of female deputies rising from 59 to 84, increasing the possibilities of contributing directly to Angola's political and social development.

Keywords: Angola; women; gender; political participation; parliament.

LISTA DE SIGLAS

FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
LIMA	Liga da Mulher Angolana
MINFAMU	Ministério da Família e Promoção da Mulher
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OMA	Organização da Mulher Angolana
ONG	Organizações Não Governamentais
PHA	Partido Humanista de Angola
PINIEG	Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género
PRS	Partido de Renovação Social
SEPDM	Secretaria de Estado para Promoção e Desenvolvimento da Mulher
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico autoral criado a partir dos dados IPU Parline.....	14
Figura 2 - Gráfico autoral criado a partir dos dados da legislatura.....	16
Figura 3 - Gráfico autoral criado a partir dos dados da legislatura.....	19

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	13
2. JUSTIFICATIVA.....	16
3. PROBLEMA DE PESQUISA	19
4. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	20
4.1 Luta pela Independência.....	20
4.2 Independência	22
4.3 Regime de partido único e guerra civil (1975-2002).....	23
4.4 Multipartidarismo	25
5. OBJETIVOS	28
5.1 Objetivos geral:.....	28
5.2 Objetivos específicos:	28
6. METODOLOGIA	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
7. ANEXO	32
a) Roteiro de Entrevista	32

1. INTRODUÇÃO

Depois da independência de Angola em 1975, tem-se visto mulheres engajadas em querer contribuir para o crescimento sociopolítico angolano, porém infelizmente acabam por passar dificuldades extremas incluindo a falta de aceitação nos corredores do poder. A inclusão das mulheres nas estruturas partidárias maioritárias de Angola data da luta de libertação, com a criação da OMA em 1962, e LIMA em 1973. Apesar dos desafios e dos discursos públicos que enquadram as mulheres unicamente como dona de casa, vendedoras, faxineiras, cuidadora do lar, do esposo e dos seus filhos (FEKAYAMALE, 2019, p.2).

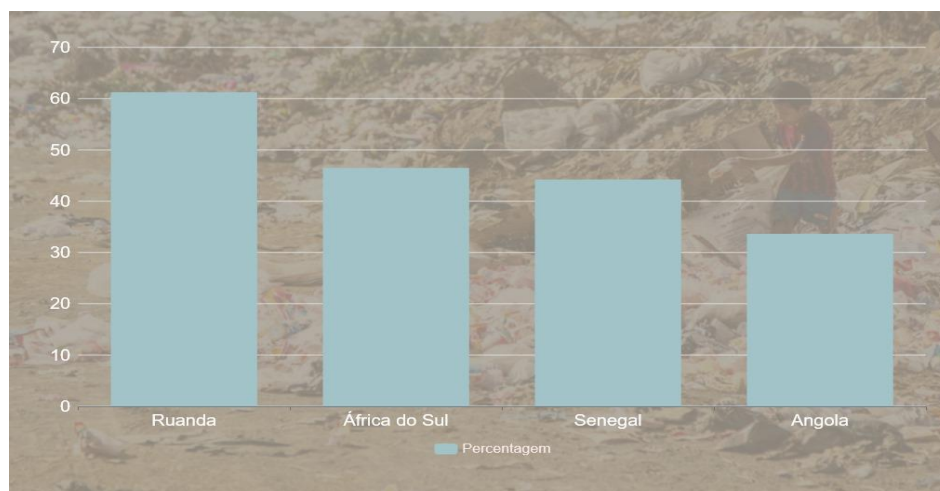
Hoje tem se visto uma realidade diferente, um percentual significativo de mulheres na sala parlamentar de Angola. O objetivo da pesquisa é descrever e analisar a participação da mulher na política de Angola, em particular os desafios da presença de mulheres no parlamento, como foi variando entre o ano de 2002 à 2022, quais as dificuldades encontradas e qual tipo de legislação e políticas foram impulsionadas durante esse período em terno da questão de género. Para isso, realizado um estudo baseando-se em consultas de artigos, livros e revistas publicadas que tratam do assunto, junto aos dados estatísticos disponíveis, sejam produzidos pelo governo de Angola ou organismos internacionais. Está planejado, como parte da metodologia, entrevista com mulheres angolanas que atuam na legislatura atual. Para isso, foi estabelecido o contato via whastapp para realizar uma entrevista aberta com Ariane Nhani, deputada parlamentar de Angola. A deputada Ariane aceitou ser entrevistada, e inclusive ela respondeu um questionário por escrito. A temática da pesquisa e a pertença das legisladoras às estruturas partidárias fazem com que a possibilidade de uma entrevista gravada realizada à distância seja uma opção difícil. Assim, prevê-se também a construção de dados indiretos, através das matérias publicadas na imprensa, e atuação das deputadas nas redes sociais. Angola hoje está experimentando um incremento da presença de mulheres no parlamento tendo alcançado 37.7% das mulheres na Assembleia Nacional 2022, quando número de deputadas subiu de 59 para 63 nas eleições realizada em 2022, aumentando as possibilidades de contribuir de forma direta no desenvolvimento político e social de Angola. Uma vez que a média mundial estimada pela IPU-União Interparlamentar de 23.87%, logo, podemos dizer que Angola está com um percentual acima da média estabelecida pelo IPU com 37.7% de mulheres no parlamento (IPU Parline, womenn-raking, 2022).

Sobre as histórias únicas contadas sobre as mulheres no poder, faz-me primeiramente

pensar das vezes que deparei-me com algumas pessoas e que na sua abordagem sobre a África pensavam apenas em tradição, mulheres no campo, o que pareceu-me que poucos sabiam da existência de mulheres que ocupam cargos políticos em diversos países africanos com grande destaques, ao relacionar o nosso tema, é pensar nesses discurso que invisibilizam a existência de mulheres africanas com assentos nos lugares de decisão, trazer autora Chimamanda Ngozi Adichie e sua abordagem no discurso TED, é para trazer uma reflexão de como é importante apresentar as pessoas a diversificação históricas de cada lugar.

No seu discurso “The Danger of Single Story” autora Chimamanda Ngozi Adichie mostra como as narrativas históricas sobre a África são estereotipadas e como podem ser prejudiciais e sobretudo limitadoras essas histórias. Ao olharmos para as narrativas ocidentais, vimos que muitas vezes as mulheres africanas como vítimas de pobreza extrema ou até mesmo submissas, etc, ignorando completamente toda diversidade. Autora Adichie, no seu discurso não aborda diretamente as histórias associadas às mulheres, mais demonstra como as narrativas limitadas influenciam o entendimento geral e a crença sobre lugares como a África. Seu discurso traz para nós a importância de diversificar as histórias contadas para uma compreensão mais completa. As histórias únicas associados as mulheres são: mulher, donas de casa e cuidadora do lar. Mas ainda assim quando olhamos para o ranking dos países sobre presença feminina no parlamento, encontramos que há países africanos que lideram a estatística mundial em matéria de representatividades femininas nas legislaturas, tais como: Ruanda, Africa do Sul e Senegal.

Figura 1 - Gráfico autoral criado a partir dos dados IPU Parline



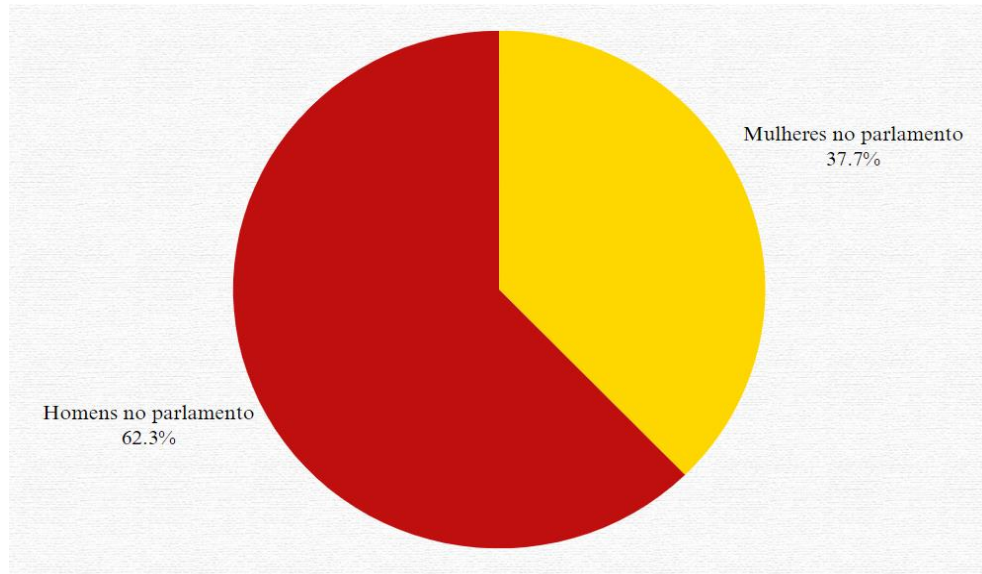
Fonte: Gráfico autoral criado a partir dos dados IPU Parline, womenn-ranking, 2022

O presente trabalho resulta de uma reflexão sobre as mulheres no parlamento de Angola, e os desafios que elas têm enfrentado bem como sua atuação, alguns destes desafios provém da situação de desigualdade estrutural em Angola, e outros do machismos, propriamente. Angola é um país situado no sul da África, faz fronteira com República Democrática do Congo, a norte e a nordeste, a leste com a Zâmbia, e a sul Namíbia, e a oeste banhado pelo Oceano Atlântico. Sua extensão territorial é 1.246.700 km², conta com 18 províncias, onde a cidade de Luanda é capital do país, com um número de habitante de 25.789.024, sendo as mulheres constituem maior parte da população, com uma percentagem de 52%, dados informados pelo Instituto Nacional de Estatística, na realização de Censo, 2014, (República de Angola, Ministério da Família e Promoção da Mulher, 2017, p.21). A pobreza, as desigualdades e a exclusão sociais, bem como acesso diferenciado ao sistema de educação, saúde, justiça e a outros recursos e vantagens sociais, são alguns dos fatores que limitam o exercício da cidadania e participação em Angola (Abreu, 2016). Mas a desigualdade de condições e de oportunidades, entre mulheres e homens, tem sido reforçada pela questão de género. Por exemplo, se formos a ver no IDH, Angola está na posição de um país com IDH médio, posicionada no número 148 no ranking, porém quando considerada a desigualdade de género, Angola cairia 2 lugares nesse ranking (PNUD, 2022, p. 285).

A questão de género em Angola traz consigo a presença das mulheres na atuação na esfera política. O sistema político angolano é multipartidário e democrático- representativo, fazendo com que o sistema eleitoral angolano seja por eleições legislativas, é de representação proporcional de lista fechada, com três círculos plurinominais, onde votos são convertidos em assentos parlamentares através do método de D'Hondt. Os deputados são eleitos pelos círculos provinciais e nacional único, e deputados eleitos pelo círculo eleitoral exterior. Os círculos eleitorais provinciais correspondem as áreas de cada uma das 18 províncias, onde círculo elege um número exato de deputados. O círculo eleitoral exterior abrange o conjunto dos países em que residem eleitores angolanos. (JOSÉ, 2012. p.24).

Nas eleições de 24 de agosto de 2022, a Assembleia Nacional recebeu 220 deputados eleitos, com a maioria absoluta os membros do partido no poder o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), com 51,17%, contra 43,93% do seu principal adversário, União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Onde pela primeira vez foi eleita como vice-presidente de Angola, uma mulher de nome Esperança Maria Eduardo Francisco da Costa (Jornal de Angola, 2022). Atualmente, Assembleia Nacional conta com 124 homens e 84 mulheres, que faz o total de 220 deputados.

Figura 2 - Gráfico autoral criado a partir dos dados da legislatura



Fonte: Gráfico autoral criado a partir dos dados da legislatura de 2022

2. JUSTIFICATIVA

Até um certo ponto as escolhas de temas que fizemos quer seja no campo pessoal ou profissional, bem como nossos interesses de pesquisa acabam por estar relaciona-se as nossas realidades vivenciadas, nossas observações profundas sobre uma determinada situação. Porém trazer um tema que está diretamente ligada a questão de gênero, não será novidade para muitos, mais entendemos que muitas vezes é um tema com certos limites principalmente nos países africanos, de forma particular Angola.

Há três anos que venho refletindo sobre a realidade da mulher angolana quanto a sua presença na sociedade e nos lugares de decisão, mas muito antes, eu sempre tive essa curiosidade de querer saber as razões que fazem com que a mulher seja colocada numa posição inferior. De certeza que estando aqui no Brasil, com os temas que várias vezes foram discutidos em algumas disciplinas, as conversas entre jovens que muitas vezes parte da triste realidade que Angola está vivendo concernente a governação, despertou ainda mais esse interesse em querer trazer este tema. Porque nos últimos tempos, nos países africanos como Ruanda, Africa do Sul, vê-se mulheres em lugares de decisão, como estar no Parlamento, países que ocupam os primeiros lugares na liderança feminina, e surge a questão, por que coloca-se tantas limitações nos cargos de liderança para as mulheres?

Os constrangimentos que muitas vezes sentem as mulheres angolanas decorrem da questão do género. A nossa cultura já define o lugar da mulher, tendo-a como auxiliar do esposo, cuidadora do lar e dos filhos (Silva, 2011, p.3), o que torna mais dificultoso dar visibilidade a elas, não é uma questão de querer desvalorizar a nossa cultura, não é uma questão de ter nossa cultura a desmorar, até porque um povo sem suas culturas e tradições deixa de ser um povo, nossa história é marcado por histórias de mulheres que na era colonial estiveram na liderança protegendo seus povos dos colonizadores, conhecidas por Rainha Nzinga Mbandi e Kimpa Vita (QUIJILA, e GABARRA, 2021, p.55). Nas minhas observações e com os debates causados nas turmas, o acesso as informações das cadeias televisivas, acesso os materiais que tratam deste assunto, Angola precisa dar oportunidades as mulheres, é preciso a unidade entre homens e mulheres e que os mesmos andem de mãos dadas (Telo, 2019, p.6).

Por estas razões, pensar trazermos este tema participação da mulher na política de Angola: desafios, foi por esta observação e reflexões da situação em questão, e por perceber que dentro da nossa sociedade é predominante a desigualdade de oportunidades principalmente nos lugares de decisão como estar na assembleia parlamentar, apontada como a maior esfera pública de decisões políticas. Justifica-se a realização deste projeto de pesquisa não somente para uma reflexão, mais por saber que é uma temática pouco discutida em Angola, para aprofundar e trazer possível compreensão concernente a questão da desigualdade de género, e esta fraca participação da mulher angolana na sociedade, e por outra estimular um diálogo, que acreditamos que irá contribuir e repensar a questão da desigualdade de género que ainda tem sido ignorada dentro das nossas comunidades no geral ou seja, dentro da sociedade angolana.

Para além da relevância nos estudos da participação da mulher na esfera política, este mesmo trabalho servirá como fonte para futuros pesquisadores académicos que se interessem pelo tema, pelo fato de apontarmos questões que proporcionará uma ampla visão sobre os caminhos que poderiam ser seguidos, uma vez que se pretende o máximo superar essas mesmas dificuldades. Enquanto, a relevância social, entendemos que essa pesquisa servirá também como ferramenta para nossa sociedade angolana refletir sobre a importância de pensar mulher na esfera de decisões com a necessidade urgente de proporcionar a elas o alcance desejado, a igualdade de género.

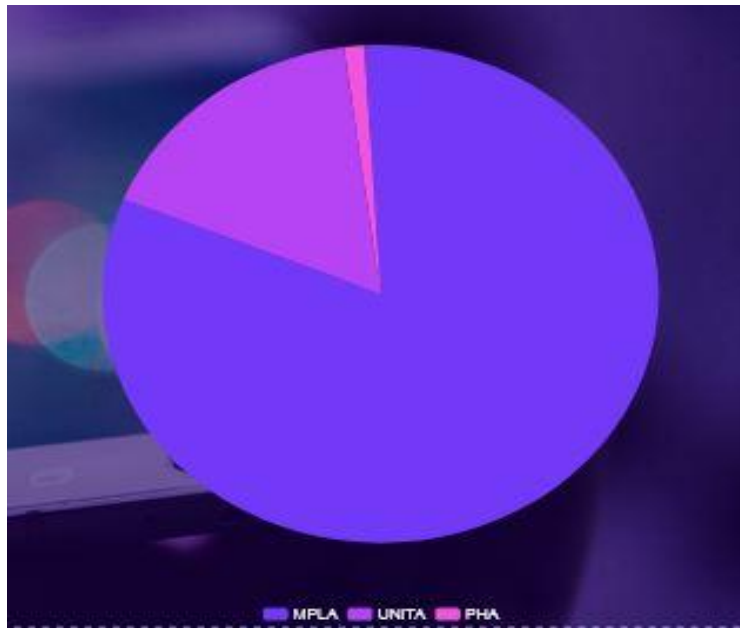
Ainda assim, hoje Angola está caminhar por várias mudanças políticas com o surgimento do multipartidarismo, o processo de histórico do país também foi uma das causas que contribuiu para o crescimento lento do país, mas acreditamos que, a sociedade angolana no geral, tem marcado passos importantes para mudanças cultural, política e social.

É necessário que se tenha uma compreensão sobre a igualdade de género, porque enquanto a mulher for invisibilizada vai haver sempre barreiras, uma vez que elas têm os seus direitos, precisa-se dar a elas o espaço para que sejam elas também a exercer de forma ativa as responsabilidades que lhes serão atribuídas em diferentes setores que contribui para o crescimento do país.

Procuramos também trazer os fatores culturais e tradicionais, e de forma resumida a história do país que entendemos ser os fatores que fazem com que até presente data a questão de género seja vista dessa maneira (que somente o homem pode estar nos lugares de decisão) e com base na conversa com a deputada Ariane nos ajudará a saber das dificuldades que as mulheres passam quando assumem um determinado cargo político (parlamento). É de grande importância a presença de mulheres no parlamento para alavancar a igualdade de género dado o fator do princípio liberal de tratamento igualitário, nesta senda, Angola teve que adotar instrumentos institucionais, legais, políticos e programáticos aderidos e estabelecidos com relação à igualdade e equidade de género e o empoderamento da mulher em Angola (República de Angola, Ministério da Família e Promoção da Mulher, 2017. pag.5), a implementação dos instrumentos legais para igualdade de género, tendo sido adoptado pela Constituição da Republica do Estado Angolano em 2010, surge com objetivo para defesa dos direitos das mulheres, como define o artigo nº21 nas alíneas k e h, que é de tarefa fundamental do Estado Angolano para “promover a igualdade entre o homem e a mulher” e “promover a igualdade de direitos e oportunidades sem discriminação de sexo” República de Angola, Ministério da Família e Promoção da Mulher, **Relatório Analítico de Género em Angola Luanda**, 2017. pag.8). No dia 4 de Abril de 2002, declarou-se a tão esperada paz por todos o Angolanos depois de 27 anos de guerra civil, por ser um marco importante na história do país, a pesquisa faz busca fazer este recorte, para uma reflexão sobre participação da mulher no parlamento pós a declaração da paz.

Na legislatura de 2022, dos cinco partidos políticos representantes da Assembleia Parlamentar, apenas 3 contam com representação feminina no parlamento, que são: MPLA, UNITA e PHA. O partido parlamentar MPLA, conta com 124 deputados parlamentares, sendo 69 são mulheres, para UNITA com 90 deputados parlamentares, sendo 14 são mulheres, FNLA com 2 deputados, PRS com 2 deputados e por último o Partido Humanista de Angola-PHA conta com 2 deputados, com 1 representação feminina. Com essa representação feminina, o partido político MPLA com 69 mulheres, aponta um percentual de 84,14% da presença feminina no parlamento, o partido político UNITA, com 14 representação feminina faz o percentual de 16,66%, e o partido político PHA, com 1%.

Figura 3 - Gráfico autoral criado a partir dos dados da legislatura



Fonte: Gráfico autoral criado a partir dos dados da legislatura de 2022

Será que a desigualdade de género é a maior causa para se ter essa desigualdade no parlamento? Por que será que o partido no poder conta com mais deputadas e quais políticas são desenvolvidas no parlamento?

3. PROBLEMA DE PESQUISA

Desde a independência de Angola em 1975, as mulheres não só assumiram papel como donas de casa, houve participação das mulheres na política partidária angolana. A presente pesquisa é voltado para a compreensão da participação da mulher angolana na política e os desafios por elas enfrentados. No entanto, procura analisar quais são os desafios que enfrentam as mulheres angolanas com assentos no parlamento, questão de género é trazida aqui porque para emancipar a mulher é necessário que se cria oportunidades, que seja proporcionado as mulheres a liberdade de participação nos lugares de decisões, para tal efeito é preciso também que haja igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres (Telo, 2019, p. 6). O presente trabalho de estudo terá como foco principal ou central **as mulheres no parlamento de angola: desafios e atuação** (2002-2022), delimita-se em compreender a acção do exercício do poder político das mulheres angolanas na sociedade desde o fim da guerra civil e a implementação do multipartidarismo em Angola, nos últimos 20 anos. Portanto, a análise da

participação da mulher na política, deriva dos problemas sociais e culturais vivenciados em Angola, é com estas condições de perplexidade que reúne razões que fazem com que a discriminação de género continua sendo assunto vergonhoso para muitos, e juntos analisarmos os desafios da mulher na política parlamentar, descrever os desafios que essas mulheres enfrentaram e enfrentam antes e depois de terem o assento na assembleia parlamentar, e por último quais iniciativas governamentais em defesa das mulheres nos últimos 20 anos? Hoje, pelo fato de ainda termos mulheres invisibilizadas, mais que têm contribuído para o desenvolvimento do país na política e na sociedade, o que suscita questões referente sobre o papel da mulher dentro da sociedade angolana. Com os fatos mencionados, surge as seguintes questões da pesquisa: Qual é o papel da mulher angolana no parlamento e por que são tão invisibilizada na sociedade mesmo assumindo cargos de poder e dando contribuições direta e indireta?

4. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Contexto histórico dessa pesquisa será dividido em quatro tópicos com objetivo de fundamentar teoricamente o nosso tema sobre as mulheres no parlamento de Angola, desafios e atuação. Com isso, procuramos trazer uma discussão teórica acerca do tema em questão. Primeiramente vamos contextualizar o processo histórico da luta pela independência. Em seguida, apresentaremos um breve histórico sobre a independência. No terceiro ponto traremos uma abordagem sobre o regime de partido único e guerra civil, e por fim, o multipartidarismo.

4.1 Luta pela Independência

A década de 1960 foi marcada pelas independências no continente africanos, no caso de Angola, Portugal recusou-se a conceder independência, autonomia ou qualquer direito político a população angolana. Com essa intransigência, acabou por desencadear a luta armada pela independência de Angola. Em 1961, começaram as primeiras ações armadas de guerra contra Portugal em Angola, país que foi marcado por diversas organizações, com diferenças sociais étnicas e ideológicas (BONACINA; SERPA, 2017. p.133). Em 1956 foi fundado a primeira organização nacionalista, MPLA-Movimento Popular para Libertação de Angola, liderado por Antonio Agostinho Neto, formado por setores urbanos, da etnia Ovimbundu, e estava localizado na área central-norte do país, incluindo a capital, Luanda. O segundo maior movimento foi

criado 1962, FNLA-Frente Nacional de Libertação de Angola, liderado por Holden Roberto, localizava-se no norte do país, na fronteira com Zaire (hoje atual República Democrática do Congo), sendo a maior parte dos/as seus/suas integrantes das comunidades rurais. O terceiro maior movimento de libertação angolano foi criado em 1966, UNITA-União Nacional para Independência Total de Angola, sendo liderado por Jonas Malhiero Savimbi, a base da UNITA encontrava-se localizado na parte sul do país, com etnias Nganguela, Chokwe e Ovimbundu (BONACINA; SERPA, 2017. p.133,134). Tendo duração de 13 anos de luta colonial travada por Portugal (1961-1974), esses três movimentos lutaram na frente para conquista da independência total em Angola, com a Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974, culmina com golpe de Estado militar em Portugal, tendo permitido o Estado Novo anunciação das independências às colônias africanas. Com base nesse ocorrido, começou as negociações para o estabelecimento da independência em Angola, de imediato se iniciam levando à adoção, em 1975, do Acordo de Alvor (acordo assinado entre o governo português e os três movimentos de libertação de Angola) assinado em 15 de Janeiro de 1974. Em novembro de 1975, ao mesmo tempo que MPLA de António Agostinho Neto declarou em Luanda a República Popular de Angola a independência de Angola, FNLA e UNITA proclamaram em Huambo a República Democrática de Angola (BONACINA, 2017. p.135). Nesse percurso histórico do país, Angola contou com participação de mulheres nas frentes políticas, porem 1962 o Movimento Popular para Libertação de Angola cria OMA, como Organização da Mulher Angolana e em 1973, foi fundado a Liga Independente de Mulher Angolana pelo partido político da UNITA, mulheres que faziam parte destas organizações, como a Deolinda Rodrigues, Engrácia dos Santos, Irene Cohen, Lucrécia Paim e Teresa Afonso, estiveram nas frentes na luta política e na luta armada (SOUZA,2017). Contou também com a participação de outras mulheres cujos nomes não constam nos cadernos históricos do país.

A OMA, incorporada na estrutura do MPLA, fez bom trabalho no que toca a educação das mulheres na ideologia do partido, não só a construção de uma sociedade socialista, mas, o mais importante, na ideia de trabalho para construção de nova Angola. E as mulheres engajaram-se nessa luta de tal forma que até o final da década 1980 estavam presentes em todos os setores. As atividades da LIMA, incorporada na estrutura da UNITA, as mulheres responsáveis pela criação da LIMA, testemunharam o trabalho de mulheres ligadas a outros movimentos feministas africanos. As funções desempenhadas pelas mulheres da LIMA eram o transporte de materiais, alimentos e armamentos para os homens na linha de combate. Na realidade histórica do país, várias mulheres participaram da luta pela libertação nacional, dentre elas, Deolinda Rodrigues “conhecida pelo seu martírio na luta contra a libertação nacional,

combatente dirigente do movimento revolucionário angolano e uma ativista incansável dos direitos humanos, esteve na linha da frente na luta ao lado dos seus camaradas angolanos” (Ventura, 2014, p.103). Desde sempre, a mulher angolana não vem assumindo apenas o papel de mãe, também como mulher que contribui para o crescimento e desenvolvimento do país.

4.2 Independência

Ao 11 de novembro de 1975, foi proclamada a independência de Angola, marcado assim o fim da colonização portuguesa em Angola, dando início a uma nova época para os cidadãos angolanos. Fizeram parte dessa grande conquista e vitória para o povo angolano os seguintes partidos políticos MPLA, UNITA e FNLA. Desde a proclamação da independência, as organizações de mulheres dos partidos políticos permaneceram ativas, e poucos anos depois surgiram várias organizações que por sua vez, serviram de auxílio para alavancar e dando sua contribuição para o crescimento socio-político do país. No passar dos anos, o processo de transição para o multipartidarismo, isto no início dos anos 90, abriu portas para uma participação no espaço público e de estruturação da sociedade civil, já no ano de 1991-1992, com surgimento da ONG independentes, acabaram com restrições que eram anteriormente impostas, e meios de comunicação social privados (AFONSO, p. 3,4). Em 1994 fundou-se Rede de Mulher, tornando-se oficialmente a 4 de Agosto de 1998, sendo uma organização de carácter voluntária, apartidária e sem fins lucrativos tem atuado em diversas vertentes, dentre elas, a violência contra a mulher, promoção da paz, participação das mulheres nos lugares de decisão, integração de género nos diversos projectos governamentais, todas essas questões velam pelo bem das mulheres, sua presença e participação dentro da sociedade. Contando hoje com presença ativa de mais de 80 membros, dos quais, organizações não-governamentais, partidos políticos, de igrejas, cívicas. Seu desenvolvimento não prima somente nas organizações membros, mais também com a sociedade civil, promovendo a participação em debate, que são pontos essenciais e extremamente fundamentais nas sociedades democráticas (AFONSO, p. 5). Em 1991 cria SEPDM-Secretaria de Estado para Promoção e Desenvolvimento da Mulher, que tinha como missão, definir, propor, promover e exercer a política do Estado no domínio da promoção da mulher em todas as áreas da vida política, económica e social, foi transformada em Abril de 1997 no Ministério da Mulher, em Setembro do mesmo ano deixou de funcionar e passou a ter uma nova designação, atual MINFAMU- Ministério da Família e Promoção da Mulher (AFONSO, p. 7).

Ao passar dos anos, essa busca pela emancipação da mulher, tem caminhado a passos largos, tanto é que hoje vem ganhando espaço na sociedade, por termos mulheres nos cargos políticos como ministras, deputadas, e outros, mas ainda com um número reduzido.

A mulher africana mesmo ocupando um cargo político, ela ainda é subalternizada (FEKAYAMALE, p.2) Pelo fato de lutarem pela igualdade de gênero, muitas mulheres nesses países africanos pela sua presença nos cargos políticos, seus países encontram-se hoje por cima da média global dos percentuais indicados pelo IPU que é de 23%. As narrativas angolanas que dão destaque as figuras femininas, enfatizam a resistência, força e coragem das heroínas como Nzinga Mbandi, Deolinda Rodrigues, em particular porque em diferentes contextos históricos participaram de movimentos armados contra a ocupação colonial.

4.3 Regime de partido único e guerra civil (1975-2002)

Devido a localização geográfica de Angola e riquezas naturais que ela possui, dentre os países africanos Angola era um dos países alvo de grandes interesses internacionais, como Portugal, quando se torna independente, desencadeou uma fuga em massa da minoria branca, de volta a Portugal, ao Brasil e à África do Sul, levaram consigo suas riquezas e também seu conhecimento técnico, o que influenciou diretamente no desenvolvimento do país, com a paralisação da administração e a produção do país (Afonso, p. 1). Era sabido que quem controlasse a capital do país proclamaria a independência, e dos três partidos políticos na altura, apenas MPLA encontrava-se concentrado na capital (MELO, 2014. p.3). Com a proclamação da independência, ao mesmo tempo que MPLA declarou em Luanda a República Popular de Angola, FNLA e a UNITA proclamaram em hambo a República Democrática de Angola. Por falta de unanimidade, entre os partidos políticos, desencadeou a uma guerra civil entre o MPLA e UNITA-FNLA (BONACINA; SERPA, 2017.p. 135,136). MPLA, proclamou a independência e institui o regime de partido único, no mesmo ano (1975), havia a presença de Guerra Fria no mundo, e esses modelos de partidos únicos eram características da época no continente africano, praticamente todos os países em África eram governados por sistema de partidos únicos, alguns de esquerda, mas a maioria de direita (MELO, 2014. p.4). FNLA e UNITA tinham uma perspectiva regional, etnicizante e até racializada do que deveria ser a Angola independente. Também tinham na sua formação uma base eminentemente rural, embora não exclusiva, diferente do partido MPLA, que possuía uma força de independência angolana formada por intelectuais e contava com alguma influência religiosa sobretudo a igreja metodista, era uma organização que representava o setor da intelectualidade e da pequena burguesia tendo em conta

a sua localização, sendo partido concentrado na zona urbana de Luanda. (MELO, 2014. p.2). Com a influência de outros países internacionais, como Zaire (atual RDC), Estado Unidos e China, apoiando partido político FNLA, o mesmo começou com os primeiros ataques entre os grupos, em direção à Luanda, onde se concentrava o partido MPLA. Sendo que MPLA estava sendo apoiado pelo exército cubano URSS e da Alemanha Oriental, neste mesmo conflito MPLA acabou derrotando FNLA, no norte do país onde encontrava-se concentrado a maioria parte da FNLA e ao mesmo tempo MPLA enfrentava o partido político UNITA na região sul do país onde estavam concentrados, que realizava uma ofensiva junto do exército sul-africano, UNITA contava também com apoio do exército sul-africano e de menor intensidade chinês, com objetivo de desestabilizar o governo do MPLA, ocupava no entanto todo território da parte sul do país. (BONACINA, 2017.p. 136). Em 1978, com a pressão dos Estados Unidos da América e de Cuba, os planos de alinhamento tanto do Zaire quanto a África do Sul, ambos estavam determinados a instalar um governo alinhado em Angola, mais com o acordo assinado por Angola com Zaire um pacto de não agressão, que tendo sido cumprido, dá por fim atuação da FNLA no conflito, abrindo caminho para o total apoio norte-americano à UNITA (BONACINA, 2017.p. 136).

Em 1979, o presidente António Agostinho Neto morre, e é passado o poder a José Eduardo dos Santos. Com pouco tempo de independência e anos seguidos de guerra, Angola nesse período em termos de desenvolvimentos encontrava-se paralisado até o final da década, quando começaram a ser feitos movimentos diplomáticos foi a esperança para surgimento de soluções para Angola. Em 1987, uma grande batalha aconteceu no sudoeste do país, a célebre batalha de Cuito Cuanavale, na província do Cuando Cubango, onde concentravam-se as forças da UNITA e do apartheid foram derrotadas pelas coligadas do governo angolano e de Cuba, foi considerado a batalha mais importante do planeta depois da segunda guerra mundial, e determinou uma mudança na situação política e militar regional (MELO, 2014. p.4) Em 1991, com acordo assinado por Portugal, Estados Unidos e Rússia, foi assinado o primeiro acordo de paz com UNITA, em Bicesse, que permitiu o cessar fogo em todo o território e a mudança do regime político, com esse acordo, abrindo o país ao multipartidarismo. No dia 5 de outubro de 1992, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, ordenou que os generais da UNITA abandonassem o exército único, instituído no Acordo de Bicesse, que findou os exércitos governamentais e os da resolução armada, e voltassem para as matas, reatar a guerra, que prolongou até 2002, tornando-se muito mais destrutiva do que nos primeiros dezoito anos da guerra civil (MELO, p.5).

Em 4 de Abril de 2002, com a morte do Jonas Savimbi em combate, UNITA perdeu a guerra, na mesma data foi feito um acordo entre a direção remanescente da UNITA e o governo que estabeleceu paz definitiva no país.

4.4 Multipartidarismo

Com acordo feito em Bicesse em 1991, envolvendo Portugal, Estados Unidos e Rússia, sendo primeiro acordo de paz com a UNITA, permitiu o cessar fogo em todo o território e a mudança do regime político, abriu o país ao multipartidarismo. O ano seguinte, com a criação ou surgimento de outros partidos políticos, realizou-se as eleições, resultando na vitória do MPLA, partido no poder.

Nos anos 90, a mudança feita nas forças militares do partido político UNITA, foram feitas alterações radicais e um sistema multipartidário. De 1991 à 1992, um período que José Eduardo dos Santos decide rejeitar o marxismo-leninista com novas ideologias do regime. No entanto, depois de ter abandonado marxismo-leninista pelo partido no terceiro congresso, em Dezembro de 1990, no ano seguinte, isto em Maio de 1991, uma lei constitucional (lei nº12/91) coincidiu com famoso acordo de Bicesse, colocando fim ao regime monopartidário da 1ª República, essa mesma lei, instituiu um Estado de Direito Democrático baseado no respeito pelos direitos humanos e induziu um sistema multipartidário, no mesmo mês fez-se uma revisão constitucional acrescentando novas leis sobre as associações (Lei nº12/91), para os partidos políticos (Lei nº15/91), o direito de associação (Lei nº 16/91), a imprensa (Lei nº 25/91) e o direito à greve (Lei nº23/91)

Realizou-se a revisão constitucional, em Setembro de 1992, tendo implementado novas alterações incluindo disposições com vista à descentralização, às eleições autárquicas, e alterou-se também a designação do país de Republica Popular de Angola, como foi anunciado pelo primeiro presidente da Republica na proclamação da independência, para República de Angola.

Os direitos das mulheres estão garantidos pela Constituição, apesar de que o seu exercício ainda deixa muito a desejar. A Constituição da República de Angola (2022), define no artigo de nº 21, as tarefas fundamentais do Estado angolano. Nelas, a alínea h, estabelece a promoção de “igualdade de direitos e oportunidades entre angolanos, sem discriminação (...) por sexo”, dentre outros. Já na alínea k, estabelece como tarefa fundamental do Estado, a promoção da “igualdade entre homem e a mulher”. Perante a lei, do artigo 23º de nº 1, diz que todos somos iguais, sem discriminação de sexo. Nesse mesmo ano de 2010, nos cargos ocupados, dos 35 ministros, havia apenas 9 mulheres (25%), dos 36 vice-ministros, 7 foram

mulheres (19%), na áreas de administração local, dos 18 governadores contava com a presença de 3 mulheres (16%), dos 40 vice-governadores provinciais 9 (22%) mulheres ocuparam esse mesmo cargo e dos 160 administradores municipais destacou-se na altura presença de 26 (16%) mulheres, (Dos Santos Monteiro, 2022, p.153).

Para além da constituição criada em 2010, Angola tem introduzido uma serie de iniciativas em prol da igualdade de género, como a criação de organizações que por sua vez, acarretam missões que vela pelos direitos da mulher, dentre elas, encontramos o MINFAMU que é o Ministério da Família e Promoção da Mulher, e é considerada como uma conquista para as mulheres angolanas, pois tem dado respostas a muitas situações que há muitos anos pareciam não ter soluções, prestando apoios, fortalecimento da capacidade institucional nacional da defesa da família (República de Angola, Ministério da Família e Promoção da Mulher, 2017, p.10). Foi lei 222/13 de 24 de Dezembro de 2013, a Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género (PINIEG), com o compromisso político é promover paridade de género (República de Angola, Ministério da Família e Promoção da Mulher, 2017, p.11). Além das instituições estatais, também existem Organizações Não Governamentais, com particular destaque para Rede Mulher Angola, por mulheres de vários partidos políticos, religiões, incluindo atividades laborais e outros.

Com base nesses mecanismos que foram criadas para reduzir a desigualdade entre homem e mulher, conseguimos notar certas conquistas femininas dentro da sociedade, e de forma particular, no parlamento. Ainda contamos com algumas organizações de alguns partidos políticos como: Organização da Mulher Angolana (OMA), esta organização foi criada dentro do partido político MPLA, em 1962, que até presente data é o partido no poder, temos a organização denominada Liga Independente de Mulheres Angolanas (LIMA), fundada em 1973, dentro do partido político da UNITA. Em 1991, criou-se também SEPDM, Secretária de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, como missão, definir, propor, promover a política do domínio da promoção da mulher em todas as áreas da vida (Dos Santos Monteiro, 2022, p.156), sendo o antecedente da MINFAMU.

No período de 2012 a 2016, houve um aumento exponencial na representação das mulheres na Assembleia Nacional. Registando um aumento consecutivo, dos 220 lugares na Assembleia Nacional, com a presença de 5 partidos políticos, a representação masculina foi de 138 o que corresponde 63.2% e 82 lugares que corresponde 36.8% foi de representatividade feminina. A forma como as mulheres são vistas, leva-nos a pensar nossas culturas e tradições, ou seja, que somente o homem pode ou deve estar nos lugares de decisões (República de Angola, Ministério da Família e Promoção da Mulher, 2017, p.35). Este projeto, propõem

apresentar detalhadamente a participação da mulher no parlamento, desafios e atuação, descrever os desafios por elas enfrentados, e sabermos então quais iniciativas criadas pelo governo angolano para defesa dessas mulheres.

Com base nesses mecanismos criados, surgiu vários partidos a par de organização não-governamentais, grupos comunitários e associações profissionais. Com toda essas ações criadas para o desenvolvimento e crescimento do país, em 1992, uma mulher de nome Anália de Vitória Pereira que concorreu, na candidatura política, ao cargo de primeiro-ministro, serviu de incentivo para outras mulheres, e tornou-se destaque até presente data (JuLaw, 2021). Hoje, as mulheres angolanas continuam lutando pelos direitos nos espaços públicos e políticos, é notável pela presença de mulheres nos lugares de decisão, apesar que ainda há desigualdade de género.

Em 2017, surgiu a campanha ELEporELA, lançado em 2 de Março através do Ministério da Família e Promoção da Mulher, hoje, a sua adesão pela Assembleia Nacional de Angola é mais um passo significativo dado pelo país para posicionar a igualdade de género e é uma oportunidade para colocar a igualdade de género no centro da atividade legislativa em orçamento do país. Destaca-se a importância da Assembleia Nacional para o alcance de igualdade de género em Angola, para que seja ela a assegurar os compromissos assumidos pelo Estado, tais como as obrigações decorrentes da CEDAW (Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulheres), e para a adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, aconselha-se as mulheres que fazem parte hoje do Parlamento para que sejam elas a continuarem com dinamismo e compromisso que têm demonstrado pela igualdade de género e pelo empoderamento feminino da mulher angolana. Com presença da PNUD em Angola, as mulheres têm buscado parceiros para contribuir no avanço de igualdade de género em Angola, podemos olhar para os avanços significativos do trabalho do Ministério da Família e Promoção da Mulher, com foco na integração da Política Nacional de Igualdade e Equidade de Género no programas sectoriais, capacitando as instituições aos níveis nacional e provincial com a finalidade o fortalecimento e o exercício do seu mandato, têm trabalhado também no Parlamento, particularmente com as Mulheres, e com as mulheres que fazem parte do parlamento de outros países, para uma cooperação (HeForshe,2017). Neste mesmo ano, dos 190 parlamentos, com a média mundial de 23,3%, Angola encontrava-se posicionado em 18º lugar, com um percentual de 38,2%. No ano de 2008, no ranking mundial, Angola encontrava-se na 8º posição, com percentual de 37,30%. Já em 2012, apresenta-nos uma baixa, Angola encontrava-se no 22º lugar com percentual de 34,1%, podemos afirmar que em 2017, teve um aumento significativo de presença de mulheres no parlamento.

Atualmente, na lista de mulheres parlamentares, Teresa José Almeida da Silva, ocupa o cargo de presidente do MPLA, Maria Odete Sachaes Tavares, 1º vice-presidente do MPLA, Helena Bonguela Abel, 2º vice-presidente, pertencente o partido político UNITA, Elizandra Janete Gourgel Wuassuca 1º secretária, partido MPLA, Maria Espirito Santo da Silva 2º secretária, pertencente ao partido UNITA.

O regime partidário político vigente em Angola é o presidencialismo, em que o presidente da República é igualmente chefe de Estado e de governo, é assessorado por um Conselho de Ministro, que forma com o Presidente o poder executivo. Os poderes legislativos estão na alçada de 220 parlamentares eleitores para a Assembleia Nacional. O Presidente da República, juntamente com o parlamento, nomeia a maioria dos membros das duas maiores instâncias do poder judiciário, isto é, Tribunal Constitucional e o Tribunal Supremo. O judiciário ainda compõe-se do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Militar (Política Partidária em Angola, 2021).

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivos geral:

- Descrever e analisar a participação das mulheres angolanas no parlamento entre 2002 e 2022.

5.2 Objetivos específicos:

- Identificar e descrever os desafios que estas mulheres enfrentaram e enfrentam antes e depois de serem eleitas no parlamento;
- Descrição das iniciativas governamentais em defesa das mulheres angolanas durante o mesmo período.

6. METODOLOGIA

A metodologia nos guia, nos conduz para o alcance de um resultado que se busca ou se espera. Para Marconi e Lakatos (2007, p.17) a metodologia nasce da concepção sobre o que pode ser realizado e a partir da “tomada de decisão fundamenta-se naquilo que se afigura como lógico, racional, eficiente e eficaz”. Uma vez que, o principal objetivo desta pesquisa é compreender a participação da mulher no parlamento de Angola, desafios e atuação, a pesquisa será realizada em duas etapas, onde a primeira parte consistirá no levantamento bibliográfico, documentos do governo e dados estatísticos publicados, pautado no tema, participação da mulher na política, ou seja, será feita uma organização e seleção de bibliografias que contêm

pesquisa similares ou conceitos essenciais para auxiliar a estruturada pesquisa, uma pequena abordagem qualitativa. Será realizado um levantamento da listagem nominal das mulheres que participaram e participam no parlamento. Na segunda fase da pesquisa, com base a estatísticas, darei o seguimento dos dados e por sua vez explicar de como é feito os procedimentos para fazer como que essas mulheres ocupem esse espaço. Para isso, para atingir o objetivo específico 1 da pesquisa, que é descrever e analisar o quantitativo de mulheres no parlamento entre 2002 e 2022, vou reunir as listas das mulheres que participaram das eleições gerais parlamentares de 2002, 2012, 2017 e 2022, e as que assumiram cadeira no parlamento com finalidade de ter um conhecimento geral sobre a presença feminina no parlamento, comparando com a média africana e mundial, assim como a evolução da presença feminina em cada partido e o perfil das mulheres parlamentares. Para resolver o objetivo específico 2, que trata de identificar os desafios que as mulheres enfrentam no parlamento, vou fazer entrevistas com deputadas, começando pela mais jovem da legislatura atual Ariane Rebeca Lusadisu Nhany e por fim, abordar as iniciativas de governo em matéria de igualdade de género, vou procurar reunir as leis que foram criadas, as organizações femininas dentro do estado angolano, começando pelo relatório analítico de género elaborado pelo MINFAMU. No questionário elaborado para Deputada Ariane, uma das perguntas colocadas foi, como a deputada define Assembleia Nacional, respondendo ela disse que define Assembleia Nacional, o Parlamento da Republica de Angola, que como sendo o lugar de representatividade de todos os cidadãos angolanos, desta forma, é o centro de decisão da vida dos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Aline. **Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres**. 12th General Assembly Governing the African Public Sphere, p. 1-12, 2008.

ANTÓNIO, Mateus Pedro Pimpão; Deolinda Rodrigues. A intelectual combatente. **Revisão de Ciências Sociais: RCS**, v. 54, n,1, p. 43-66, 2023.

BATSIKAMA, Patrício. A mulher na luta de libertação e na construção do estado-nação em Angola: o Caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. **Revista Cantareira**, n. 25, 2016.

BONACINA, Amabilly; SERPA, Rafaela. A Revolução Angolana e seu Impacto Internacional. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 10, n. 18, 2017. Pág. 133.

CHIZIANE, Paulina; KASEMBE, Dya. **O livro da paz da mulher heroínas sem nome**. Editorial Nzila, Luanda, 2009.

CONSTITUINTE, Assembleia. **Constituição da República De Angola 2010**. Disponível em:

<<https://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/>>. **CONSTITUICAO APROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf**. Acesso em: 28 abr. 2019.

De acordo com JORNAL DE ANGOLA (2022) Esperança da Costa eleita Vice-Presidente da República para os próximos cinco anos.

De acordo com novo jornal (2022). Representação das mulheres no Parlamento subiu de 59, na anterior legislatura, para 83, na atual. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_de_Angola>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DOMINGOS, Willi Cardoso. Vozes de mulheres: género e cidadania em Angola. **Revista Espacialidades** [online], v. 13, n. 1, p. 1-31, 2018.

FEKAYAMMALE, Leopoldina. Redificações-Ondjango Feminista, 2019, Luanda, Angola Ganância, Ressentimento; No, Liderança E. Intervenções Externas. Início E Na Intensificação Da Guerra Civil Em Angola. **Nota Introdutória**, v. 7, n. 1, p. 77, 2016.

HeForshe. Adesão da Assembleia Nacional à Campanha ElePorEla Promovido pelo Grupo das Mulheres Parlamentares Angolanas Luanda, Assembleia Nacional, 19 de abril 2017

INE (Instituto Nacional de Estatística). **Recenseamento geral da população e habitação**, Luanda – Angola, 2014.

IPU Parline, womenn-ranking, 2022.

Jornal de Angola, Esperança da Costa eleita vice-presidente da República de Angola nos próximos 5 anos, 2022.

JOSÉ, Gildo Matias. **Congruência ideológica e política em Angola: análise comparativa dos deputados eleitos para a Assembleia Nacional e respectivos eleitores**. [Dissertação de Mestrado], Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Mestrado em Ciência Política, 2012, 73f. Disponível em:

<https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/5669/1/master_gildo_matias_jose.pdf>.

Acesso em: 20 nov. 2023.

LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. **Revista Estudo Feministas**, v. 24, p.997-1006, 2016.

MATA, Elvira Fernandes Mendes da. **A participação política das mulheres na diplomacia dos PALOPs: das lutas pela libertação nacional aos estados pós-coloniais**. 2022.

MELO, João. Palestra Ministrada pelo Escritor Angolano João Melo. **Revista Crioula**, n. 14, 2014.

MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulher na Política em Angola. **Revista Textos Graduados**, v.8, n. 1, p. 151-188, 2022.

PAIN, Rodrigo de Souza. A centralização política e sua influência no desenvolvimento da sociedade civil angolana. **Sociedade e cultura**, v. 10, n. 2, 2007.

PANTOJA, Selma. **Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. Travessias**, v. 4, p. 79-97, 2004.

PEREIRA, Aline Afonso. Contribuição das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres. **Codesria, ISCTE**, Universidade de Lisboa, 2008, 13f. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6550/1/Aline_Afonso_Pereira%281%29.pdf>. Acesso em: 20 nov.

2023.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Relatório Africano de Desenvolvimento Humano – Acelerar a igualdade de género e o Empoderamento das Mulheres em África, 2016

PNUD. DESENVOLVIMENTO HUMANO. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2021/2022.

Política Partidária em Angola, 2021.

QUIJILA, Abel Calombo; GABARRA, Larissa Oliveira. Kimpa Vita e o movimento antonista: entre o religioso e o político. **DADOS DE ÁFRICA (S)**, v. 2, n. 3, p. 47-59, 2021.

REPÚBLICA DE ANGOLA, Ministério da Família e Promoção da Mulher, Relatório Analítico de Género em Angola Luanda, 2017.

REPÚBLICA DE ANGOLA, Ministério da Família e Promoção da Mulher, Relatório Analítico de Género em Angola Luanda, 2017, p. 5.

SOUZA, Maria Salette Daros de. O corpo amoroso em livro da paz da mulher angolana, as heroínas sem nome: subsídios para leitura. Abril: **Revista do Estudos de Literatura Potuguesa e Africana-NEPA UFF**, v.9, n. 18, p. 29-44, 2017.

TELO, Florita. **Jovens mulheres e a participação política em Angola: o caso 15+ DUAS. Mulheres na história política contemporânea dos PALOP**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). 2019, 12f. Disponível em: <https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wpcontent/uploads/2019/07/ANG_DOC_24_Jovens_mulheres_e_a_participa%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica_em_Angola_-_o_caso_15_DUAS.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

VENTURA, Pedro Paulo Ramos. **A contribuição intelectual da mulher angolana no processo da independência de Angola**.

VIDAL, Sara Jorge da Silva. **A participação política das mulheres-em Moçambique e na Tanzânia: um estudo comparativo**. [Dissertação de Mestrado], Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Mestrado em Estudos Africanos, 2017, 88f. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15027/1/Participa%C3%A7%C3%A3o%20Pol%C3%ADtica%20das%20Mulheres%20em%20Mo%C3%A7ambique%20e%20na%20Tanz%C3%A2nia.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

VINEVALE, Doriana Martinha. **Mulheres angolanas, gênero e participação políticas: uma análise crítica a partir dos paradigmas epistemológicos Africanos**. 2021. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2312/1/2021_proj_dorianavinevale.pdf>. Acesso em: 20 nov. 20

7. ANEXO

a) Roteiro de Entrevista

Perguntas

- 1- Como é dado assento as mulheres no parlamento, e como Ariane Nhany chegou a ser deputada?
- 2- Como a mais jovem deputada do parlamento, qual é a tua maior responsabilidade?
- 3- Sabendo da realidade vivenciada em Angola, quais foram os maiores desafios enfrentados antes e depois de assumir o cargo de deputada, alguns desses desafios foram mais difíceis pelo facto de ser mulher?
- 4- Como se dá o debate para aumentar a participação feminina dentro do partido UNITA?
- 5- Para deputada, como define assembleia nacional e como tem sido a relação das mulheres que fazem parte do parlamento e como reagem os colegas homens quando uma mulher no parlamento se posiciona ou os contradizem?
- 6- Quais conselho tem a deixar para as mulheres e para os jovens angolanos tendo em conta a realidade atual?